



Uniaçoe
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



Criar Educação, Criciúma, v. 14, nº1, jan/jun 2025.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO IFES/CAMPUS DE ALEGRE: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL DO NAPNE

Andressa Silva Pereira¹

Alessandra Andrade Cardoso²

Allan Rocha Damasceno³

Jose de Mello Sobreira Filho⁴

Resumo:

O artigo visa analisar os impactos das concepções político-pedagógicas no atendimento do público da educação especial através das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do IFES/Campus de Alegre. O suporte teórico-metodológico dos estudos foi de Theodor Adorno e seus comentadores. O procedimento e coleta de dados foram: entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora e um membro do NAPNE. Os resultados revelam que o IFES/Campus de Alegre apresenta práticas e estratégias pedagógicas para a inclusão do público-alvo da Educação Especial. Entretanto, constatamos uma grande responsabilização do NAPNE no

¹Mestra em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ) sob a orientação do professor Dr. Allan Rocha Damasceno. Filiação Institucional: Professora da rede municipal do Rio de Janeiro/SME. Endereço postal: Av. Abílio Augusto Távora, n. 9047, apto. 201, cep: 26297-006, Nova Iguaçu – Rio de Janeiro. E-mail: andressasp07@hotmail.com.

² Doutoranda em Educação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/2023). Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/2022). Pós- graduação em Psicopedagogia; Supervisão e Orientação Educacional; Educação Especial e Inclusiva e Tutoria em Educação a Distância. Graduada em Pedagogia e segunda graduação em Geografia. Filiação Institucional: Prefeitura de Mangaratiba. Endereço Postal: Praça Robert Simões- 92, Centro. CEP: 23860000 – Mangaratiba, RJ- Brasil. E-mail: alessandrdrade1000@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4798-7426>

³ Doutor em Educação. Pedagogo e Psicopedagogo. Especialista em Educação Especial pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É Professor Associado da Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde está vinculado ao Departamento de Fundamentos da Educação (DFE). Filiação Institucional: Escola de Educação- UNIRIO; PPGEduc/UFRRJ; PPGA/UFRRJ- Av. Pasteur, 458, prédio do CCH, sala 406, Urca, Rio de Janeiro - RJ- Brasil. E-mail: lepedi-ufrrj@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0577-805X>

⁴ Possui Licenciatura em História (1999) e Licenciatura em Estudos Sociais (1985) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Pós-Graduação Lato-Sensu em Formação Socioeconômica do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira (2003) e Pós-Graduação Lato-Sensu em Gestão Pública - Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2006), Mestrado em andamento em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ. Filiação Institucional: Rodovia Cachoeiro – Alegre, Km 47, RIVE, CEP: 29500000- Alegre, ES- Brasil- Caixa Postal: 47. E-mail: sobreirajmf@yahoo.com.br.



planejamento e implementação das políticas públicas de inclusão, o que evidencia a necessidade de sensibilização e participação de toda a comunidade no processo inclusivo.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Profissional. Teoria Crítica.

SPECIAL EDUCATION AT IFES/ALEGRE CAMPUS: REFLECTIONS ON SPECIAL EDUCATION AND THE ROLE OF NAPNE

Abstrac:

The article aims to analyze the impacts of political-pedagogical concepts in serving the special education public through the actions developed by the Center for Assistance to People with Specific Educational Needs (NAPNE) of IFES/Campus de Alegre. The theoretical-methodological support for the studies came from Theodor Adorno and his commentators. The procedure and data collection were: semi-structured interviews with the management team and a member of NAPNE. The results reveal that IFES/Campus de Alegre presents pedagogical practices and strategies for the inclusion of the Special Education target audience. However, we found NAPNE to be highly responsible for planning and implementing public inclusion policies, which highlights the need for awareness and participation of the entire community in the inclusive process.

Keywords: Special Education. Professional education. Critical Theory.

INTRODUÇÃO

Ao analisar a situação sociocultural no Brasil, percebe-se que historicamente a educação não tem sido um direito exercido por todos os brasileiros. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.394/1996), artigo 1, parágrafos 2 e 3, inciso XI, determina que a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996). Convém ressaltarmos também que a Educação Profissional que se desenha tem por base o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (PNE), aprovado em 2014 pela Lei nº 13.005, que estabelece direcionamentos que guiam para uma Educação Profissional inclusiva mediante as seguintes diretrizes:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; (grifo nosso)

IV - melhoria da qualidade da educação;



V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação com proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.

IX – valorização dos (as) profissionais da educação;

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Para aumentarmos o número de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial na rede regular de ensino, e logo alcançarmos a proposta da universalização do ensino para esses estudantes, no que tange a faixa etária de quatro a dezessete anos, as condições citadas anteriormente são indispensáveis, pois o sistema de ensino precisa atentar para além da matrícula na Educação Básica, ou seja, necessita investir também na permanência e no sucesso educacional de seus estudantes.

No entanto, ainda hoje, percebe-se a dificuldade de aceitação do “diferente” na sociedade, principalmente daquele que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem. Entendemos que deve ser um compromisso das Instituições de Educação Profissional, assim como as demais escolas, organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001). Segundo Mantoan (2003, p.15):

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos [...] à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular.

Nesse estudo consideramos a implantação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que atuam diretamente na inclusão do público da Educação Especial no contexto escolar e, além do atendimento aos estudantes, devem fomentar no espaço escolar o debate quanto ao atendimento das

políticas públicas de inclusão, colaborando na implementação de ações que resultem no desenvolvimento inclusivo dos sistemas públicos de ensino.

A Educação Especial não deve ser vista como um subsistema à parte, mas sim de caráter interativo na educação geral, estando transversal aos diferentes níveis da educação escolar: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior; bem como nas demais modalidades: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e a Educação Indígena. Percebemos que houve um avanço da inclusão quando os educandos não ficam mais restritos às escolas especiais, e passaram a frequentar a escola regular, mas isso não garante uma inclusão real, se não forem proporcionados meios de acesso às atividades que são executadas pelos demais estudantes. Pois, “deve-se ter a preocupação inicial de manter a distinção entre teoria e prática, ou melhor, deve-se ter em mente, antes de mais nada, que a teoria e a prática percorrem duas estradas diversas e a velocidades muito desiguais” (BOBBIO, 2004, p. 62).

Destacamos um avanço significativo do ponto de vista legal, no que se refere à Educação Especial, mas percebemos que nossas escolas não estão preparadas para o atendimento às demandas de aprendizagem garantidas pela Legislação. Na inclusão de fato, o estudante com deficiência deve ser visto como os demais, portanto propomos analisar os desafios e as possibilidades que as ações garantidas pela Legislação proporcionam na vida dos estudantes com demandas específicas de aprendizagem, e assim analisar a aplicabilidade das normas, metodologias, diretrizes e políticas públicas inerentes à Educação Inclusiva na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Nesse sentido, “ainda são incipientes no Brasil as expectativas de organização de escolas que favoreçam a organização de espaços democráticos para o convívio entre os estudantes, independentemente de suas diferenças” (DAMASCENO, 2012, p. 25).

Assim, a reflexão a respeito de como contribuir para uma prática não segregacionista e preconceituosa, ainda presente em alguns espaços educacionais, faz-se necessária, tanto para profissionais ligados à educação, como a agentes de pesquisas sobre a Educação Inclusiva. Conforme Adorno (1995), essa concepção de

homem deve fundamentar a educação que se pauta na busca pela superação da barbárie, e que deveria ser prioridade frente aos objetivos educacionais.

Ratificamos o quanto é necessário investimento em pesquisas e estudos que avaliem o processo de inclusão escolar no Ensino Médio e na Educação Profissional, pois, dentre os níveis e as modalidades de Ensino em destaque, são os que têm o menor número de matrículas por etapa de escolarização. Isso se deve, sobretudo, ao estrangulamento das matrículas no Ensino Médio e à escassez de experiências de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, o que se relaciona com a carência de pesquisas sobre esse Nível/essa Modalidade de Ensino, respectivamente (COSTA, DAMASCENO, 2012, p. 28).

Nessa direção, consideramos indispensável o debate a respeito da interlocução dessas modalidades, Educação Especial e Educação Profissional, a partir da caracterização das concepções e ações político-pedagógicas sobre a inclusão do público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFES/Campus de Alegre, com intenção de contribuir para a construção de uma escola com princípios e propostas próprias sobre a transversalidade da Educação Especial em relação à Educação Profissional Integrada. Em vista disso, faz-se urgente colocar em evidência a relação instaurada entre essas duas modalidades da Educação, para a construção de uma Educação Profissional Inclusiva.

Desejamos que este artigo venha a contribuir para uma educação emancipadora porque "somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do conhecimento, e vice-versa" (ADORNO, 1995, p. 63). Afinal, é a partir da autorreflexão crítica que nos libertamos de meras reproduções inerentes à escola/sociedade excludente, e caminhamos assim para responder às demandas contemporâneas de grupos historicamente excluídos e segregados, em especial, as pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

Este estudo apresenta como questão central as Políticas Públicas de Educação Inclusiva e sua interface entre a Educação Especial e a Educação Profissional no IFES/Campus de Alegre. Assumimos como referencial teórico-metodológico a Teoria



Crítica, com destaque para o pensamento de Adorno, e seus comentadores, em especial Damasceno. Dentro desse contexto, os resultados obtidos nesta pesquisa serão analisados e discutidos tendo a Teoria Crítica como fundamentação da pesquisa, considerando a importância da crítica ao conhecimento produzido. Sobre esse aspecto, Adorno esclarece, afirmando que:

Dever-se-ia formar uma consciência de teoria e práxis que não separasse ambas de modo que a teoria fosse impotente e a práxis arbitrária, nem destruísse a teoria mediante o primado da razão prática, próprio dos primeiros tempos da burguesia e proclamado por Kant e Fichte. Pensar é um agir, teoria é uma forma de práxis; somente a ideologia da pureza do pensamento mistifica este ponto. O pensar tem um duplo caráter: é imanentemente determinado, estringente e obrigatório em si mesmo. Mas, ao mesmo tempo, é um modo de comportamento irrecusavelmente real em meio à realidade. Na medida em que o sujeito, a substância pensante dos filósofos, é objeto, na medida em que incide no objeto, nessa medida, ele é, de antemão, também prático (ADORNO, 1995, p. 204-205).

Ao utilizarmos a Teoria Crítica nesta pesquisa, consideramos a importância da crítica em nossas análises, pois segundo Adorno práxis e conhecimento teórico são indissociáveis. Nesse sentido, entendemos a Teoria Crítica da Educação como o próprio método desse estudo, de modo que, os dados resultantes da pesquisa serão analisados de forma crítica e reflexiva, sem aprisionamento do objeto de estudo.

[...] não há sentido em qualificar esta pesquisa como quantitativa ou qualitativa, o que segundo a própria Teoria Crítica significaria enclausurar o objeto de estudo. Mas, para além dessa dimensão exclusiva, entender em que dimensão um diálogo entre a Teoria e a Práxis não oportuniza uma (re)significação de olhares para a pesquisa em si. (DAMASCENO, 2010, 125-126)

Assim, não é interesse deste estudo desvincular teoria e prática, como se não houvesse relação entre elas, mas analisar de forma crítica e reflexiva a relação existente entre teoria e prática na interlocução da Educação Especial e Educação Profissional no IFES/Campus de Alegre, em que, "a ideia de uma desvinculação entre teoria e prática encontra-se consolidada de um modo tão infeliz na história da cultura que desde o começo barreiras inteiras precisam ser removidas para erigir na educação as bases para uma relação adequada entre teoria e prática" (ADORNO, 1995, p. 146).

Buscando complementar a pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada como procedimento de coleta de dados. Michel (2009, p. 68), afirma que a entrevista



é “[...] de excelência da investigação social, pois estabelece uma conversação face a face, [...]”, portanto foi utilizada com o intuito de conhecer as práticas de inclusão na Educação Profissional a partir da realidade daqueles que a vivenciam no IFES/Campus de Alegre. Foram envolvidos neste estudo, oito servidores do IFES/Campus de Alegre, sendo sete que ocupam cargos de gestão e um membro do NAPNE. Os ocupantes de cargo de gestão foram: Diretor Geral, Diretor de Ensino, Coordenador Geral de Ensino, Coordenador Geral de Assistência ao Educando, Coordenador do Núcleo Pedagógico, Coordenador de Ensino Técnico e Coordenador do NAPNE. Incluímos um membro do NAPNE com deficiência visual, com o intuito de acrescentar à pesquisa os relatos de um servidor enquanto pessoa com deficiência visual, com o intuito de acrescentar à pesquisa os relatos de um servidor enquanto pessoa com deficiência. Os entrevistados foram identificados nesta pesquisa pela letra P e um numeral cardinal, que são: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8. O identificador foi dado a cada entrevistado de modo aleatório a fim de preservar o anonimato.

Assim, as entrevistas realizadas contemplam questões concernentes aos impactos das políticas públicas de inclusão pelo IFES/Campus de Alegre, na relação entre as modalidades da Educação Especial e Educação Profissional, conforme tema do nosso artigo.

INCLUSÃO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PAPEL DO NAPNE NO IFES/CAMPUS DE ALEGRE

Buscando o atendimento das orientações das normativas legais e considerando a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho como um ganho econômico, iniciou-se um longo processo de formulação de políticas públicas institucionais para garantia do ingresso do público-alvo da Educação Especial na Rede Federal de EPT, inicialmente esse processo deu-se por meio do Programa TEC NEP:

Este programa tem como propósito iniciar o processo de transformação da realidade atual. Além de ser uma questão de efetivação de direitos humanos das pessoas com necessidades especiais à Educação Profissional e ao Trabalho – a sua principal justificativa no médio e longo prazo representará



menor dispêndio com programas assistenciais, motivados pela histórica exclusão social desse segmento da população. (BRASIL, 2010).

Assim, o Programa TEC NEP deu início ao movimento de inclusão do público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional, visando a inserção desse público nos cursos de formação de Nível Técnico e Tecnológico nas Instituições Federais de EPT.

Entre as ações do TEC NEP, destaca-se a implantação dos NAPNEs nas Instituições da Rede Federal de EPT, pois segundo Nascimento e Faria (2013, p. 20), “o NAPNE era e é o principal lócus de atuação do processo de inclusão no âmbito interno das Instituições Federais”.

O NAPNE do IFES/Campus de Alegre é composto por servidores de diversas áreas, que trabalham no desenvolvimento de ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos. Sobre as ações desenvolvidas pelo NAPNE, P3 narra a história do Núcleo dentro do Campus apontando diversas ações desenvolvidas:

"O NAPNE vem passando por etapas. Quando tudo começou, nós desenvolvíamos ações do tipo sensibilização, boletins, nós tínhamos participações de falas em reuniões, trazíamos muito mais pelo lado da sensibilização do que propriamente uma capacitação, isso foi porque nós não tínhamos alunos. Com o passar do tempo, os alunos começaram a ingressar e o NAPNE deixou de focar só na sensibilização, para fazer algo mais, quando possível, com antecedência ou, então, ações pontuais. Atuava também com cursos de formação dentro da área da deficiência visual e surdo-cegueira, convidando a comunidade escolar para fazer parte disso. Aí a instituição, no que lhe cabia, também investiu verbas para que houvesse essa capacitação, trazendo professores para capacitar esse público interno e externo, do Instituto Benjamin Constant. Nós também tivemos instrutores do Instituto Luis Braille, como parceiros nessa capacitação. Então o NAPNE atuou como promotor desses cursos juntamente com a administração da instituição. Hoje o NAPNE está focado nessas outras instâncias que eu já manifestei, mas também atuando mais incisivamente em reuniões, emitindo pareceres, compondo conselhos, atuando diretamente dentro das reuniões pedagógicas. Então vejo o NAPNE mais participativo ainda, além de outras atividades, de assessoramento, acompanhando esses processos de inclusão dentro da instituição. Isso tem sido muito positivo, porque graças à manifestação do NAPNE, nós temos alcançado contratações de servidores, professores substitutos. Então atuou sensibilizando, atuou divulgando, atuou formando e está atuando na representação e consultoria, assessoria à direção de ensino atualmente. Então vejo o nosso NAPNE bastante participativo. Ele não está apenas como um figurante dentro da instituição." (P3)



As narrativas de P3 são confirmadas pelos demais sujeitos da pesquisa, com ênfase na formação e capacitação dos professores e no recebimento e acompanhamento dos estudantes.

"Uma das principais ações que eu penso de importância do NAPNE é a formação dos professores no início de período, porque aí a gente acaba trabalhando com eles o público que eles estão recebendo e quais são os alunos que eles vão ter naquele período letivo, são feitas ações de formação, a gente vai construir o PEI para que ele consiga durante o ano atender com qualidade os alunos público-alvo da Educação Especial. Tem outras ações paralelas a isso, de conscientização, divulgação, de empatia, para que as pessoas se coloquem no lugar do outro. São diversas ações que vão sendo promovidas [...]." (P1)

"O NAPNE no nosso Campus, eu acho que ele é uma referência. O NAPNE tem um papel importantíssimo. O primeiro papel é o papel de aproximação, de aconchego, porque esses alunos, mesmo sendo adolescentes, eles ainda são muito inseguros, você tem um mundo fechando portas. Então quando chega a uma instituição grande como essa, se você não tiver um núcleo que abraça esse aluno, o resultado é sempre evasão. Então o primeiro papel eu acho que do NAPNE é esse papel social. O segundo é de dar condição e garantia para que o ensino se efetive e aí nós estamos tendo total. (...) Então nós temos alunos que estão sendo atendidos fora da sala de aula no contra turno, o professor também adaptando as suas atividades com o apoio do NAPNE. Você tem um NAPNE se formando fora da instituição, capacitando os nossos docentes. Então o papel do NAPNE é fundamental. Acho que nós estamos de parabéns com o NAPNE que existe aqui." (P7)

As narrativas acima, nos dão a dimensão das ações realizadas pelo NAPNE no IFES/Campus de Alegre, na perspectiva inclusiva e de sua importância para os estudantes público-alvo da Educação Especial que adentram a Instituição.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172 de 2001, ao tratar da Educação Especial ressalta que o grande avanço para a considerada década da educação seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana, estabelecendo como prioridade a formação de recursos humanos para o atendimento aos estudantes com necessidades especiais nos diferentes níveis de ensino. "Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar sejam preparados para atendê-los adequadamente." (BRASIL, 2001)

P8 apresenta compreensão distinta de P1 e P7, quanto ao encontro de estudantes assistidos pelo NAPNE no IFES/Campus de Alegre, enquanto P8 vê o encontro com restrição por achar que esses estudantes ficam em evidência, os

demais veem de forma positiva, onde um incentiva o outro a não desistir diante das barreiras.

"Esse ano foi feito o encontro dos alunos atendidos. Eu tenho algumas restrições contra esse momento, porque eu acho que esse momento acaba evidenciando um pouco os alunos. Eu acho que os alunos têm que estar em eventos que eles estejam todos juntos, com todos." (P8)

"[...] um encontro dos alunos para que um possa incentivar o outro a não desistir diante das barreiras." (P1)

"O NAPNE esse ano fez uma coisa muito interessante que os outros NAPNEs não fizeram que são os encontros, então fazer com que esse aluno se entenda dentro dessa realidade, aceite, porque a partir do momento em que ele aceita, tudo flui. Então o NAPNE fez esse encontro com os alunos e foi muito positivo, porque depois desse encontro os alunos começaram a buscar o NAPNE." (P7).

Com o aumento das matrículas do público-alvo da Educação Especial, a escola é desafiada a se organizar a favor de um movimento que significa o estudante estar matriculado na escola realizando as atividades escolares, a partir de suas características individuais, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades (AINSCOW, 2002).

De acordo com os relatos dos participantes da pesquisa, o NAPNE realizou encontros que objetivaram a conscientização dos estudantes de sua capacidade que, sendo sujeitos de direitos sociais, entre os quais se incluiu o direito à educação, desmistificando o conceito de incapacidade trazido pela sociedade e muitas vezes reforçado pela própria escola. Foi possível verificar que a educação inclusiva se apresenta como possibilidade emancipatória, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática para todos, uma vez que busca a aceitação da diversidade, considerando as subjetividades e o reconhecimento das diferenças inerentes à humanidade.

É preciso reconhecer que as dificuldades enfrentadas pelo público-alvo da Educação Especial são resultados da organização das escolas e dos métodos de ensino utilizados. Em consonância com essa análise, Ainscow (2009) afirma que:

[...] as escolas precisam ser reformadas e a pedagogia deve ser melhorada, de maneira que possam responder positivamente à diversidade dos alunos, isto é, abordando as diferenças individuais não como problemas a serem consertados, mas como oportunidades para enriquecer o aprendizado (AINSCOW, 2009, p.14).



Não deixamos de abordar a preocupação de P8, quanto a importância do convívio entre todos os estudantes, uma vez que ao proporcionar convivência entre estudantes, com e sem deficiência, estamos oportunizando o estreitamento de relações interpessoais entre todos e, ainda, a aceitação das diferenças individuais com vistas à inclusão escolar e social. Nos levando a compreender o estudante não apenas como um indivíduo submetido às imposições legais e ritualísticas, mas como pessoa em processo de crescimento, revestido de sentimentos e emoções, com necessidades a serem satisfeitas, especialmente a de ser visto e compreendido como ser humano. Para P7, essa tem sido uma realidade nas ações do NAPNE no IFES/Campus de Alegre:

"[...] O NAPNE tem um papel importantíssimo [...] o papel social, que é aquele que traz o aluno, abraça e faz com que ele entenda que ele pode, que ele consegue e vai vencer todos os desafios e que todo mundo tem desafios. O papel de aproximação, de aconchego, porque esses alunos, mesmo sendo adolescentes, eles ainda são muito inseguros [...]. Então quando chega em uma instituição grande como essa, se você não tiver um núcleo que abraça esse aluno, o resultado é sempre evasão [...]."

P1 também compartilha desse entendimento: "Tem outras ações [...] de conscientização, de empatia, para que as pessoas se coloquem no lugar do outro." Nesse contexto, Batalloso (2011) nos orienta que devemos:

Optar pelo ser humano em vez de optar pelo aluno, optar pela pessoa e não pelos seus papéis ou suas máscaras, optar pelas suas circunstâncias ou singularidades especiais significa entender que o componente principal de toda ação de educar é, antes de mais nada, ajudar, estimular, acompanhar, animar, criar o ambiente adequado para que os seres humanos aos quais servimos cresçam, se desenvolvam, amadureçam e se tornem autônomos, no mais amplo sentido do termo (BATALLOSO, 2011, p. 36).

O questionamento de Santos (2003) nos faz refletir sobre o sentimento de não pertencimento à escola por parte do estudante da Educação Especial:

"[...] Como garantir uma sociedade democrática quando a situação escolar dos futuros cidadãos, situação esta que constitui enorme parte de suas vidas e, portanto, de sua formação como seres humanos, não lhes permite viver, na própria pele, com um mínimo de consistência, essas próprias relações democráticas? Como formar um profissional que contemple e respeite as diferenças e diversidade do mundo se ele mesmo nem sempre teve as suas diferenças e sua diversidade contemplada ou, o que é pior, respeitada? (SANTOS, 2003, P. 84).



A formação, realizada pelas escolas, deve objetivar um fim que vai além do trabalho, enquanto emprego, suas ações devem contemplar a todos, garantindo o respeito às suas especificidades. No que se refere ao público da Educação Especial, uma educação para o acolhimento de sua deficiência e o desenvolvimento de sua sensibilidade, com o intuito de que essa pessoa não renuncie à sua diferenciação em indivíduo. (COSTA, 2005, p. 39)

É demonstrada uma sensibilização nas narrativas dos participantes resultante de um trabalho desenvolvido com significado de autonomia e resistência a modelos preestabelecidos. O estudo nos apontou que alguns elementos são essenciais para que o NAPNE atenda ao propósito pelo qual foi instituído, como recursos financeiros e contratação de profissionais para formação de uma equipe multidisciplinar. Quanto a uma orientação normativa que não garante os recursos financeiros e humanos para sua implementação e assim torna ineficiente no processo de emancipação, Adorno destaca que:

A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não emancipação (ADORNO, 2012, p. 43).

Em relação aos principais desafios do NAPNE na implementação das políticas públicas de inclusão no IFES/Campus de Alegre, houve destaque pelos participantes da pesquisa a necessidade da sensibilização dos profissionais.

"Acho que o principal desafio do NAPNE ainda está nessa sensibilização, porque as demais coisas são resolvidas a partir da sensibilização. Se você não está sensível a isso, se você não está convencido de que o outro, da existência do outro e das suas necessidades, você não valoriza, não consegue priorizar. Eu não digo que não se exerça, mas priorizar isso como política necessária de implementação na instituição." (P3)

A inclusão tem que se dar por todos, sem distinção. Não podemos dizer que é função somente do pedagogo ou do professor, ou somente do diretor. Todos têm que ser e estar envolvidos, desde o ingresso desse estudante na escola, na permanência e saída com sucesso. Apresenta-se como desafio do NAPNE e equipe gestora da Instituição, na implementação das políticas públicas voltadas para a inclusão, tanto as demandadas pela legislação, quanto as que são desenvolvidas pelo próprio Instituto, o envolvimento de todos da comunidade escolar, uma vez que, o Núcleo depende de



todos os servidores, professores e técnicos, para êxito nas atividades propostas. Assim, como Damasceno e Costa acreditamos que:

Somos capazes de criar condições em espaços de formação que estimulem o desenvolvimento da sensibilidade nos professores e demais servidores. Assim, os indivíduos sensíveis estariam mais abertos ao acolhimento da diversidade humana, reconhecendo-a não como característica que apenas diferenciam os indivíduos, mas como essência da natureza humana, desenvolvendo assim a tolerância e aceitação no coletivo social. (DAMASCENO; COSTA, 2008, p. 8)

Os autores nos fazem refletir que a convivência no ambiente escolar, precisa também ser uma cultura do reconhecimento, do reconhecer o outro, do olhar atento e sensível a sua necessidade, de suas capacidades e limitações, conscientizando que as diferenças, colaboram com o desenvolvimento pleno das potencialidades dos indivíduos. Assim, compreendemos que não basta discutir a exclusão, mas é urgente a necessidade de ações sistemáticas e contínuas indispensáveis para que a inclusão seja uma realidade em nossas escolas e na sociedade como um todo.

A discussão sobre inclusão educacional está em pauta há mais de duas décadas e ainda hoje encontramos resistência por parte de muitos no ambiente escolar em debater sobre o assunto. Conforme Damasceno (2006, p. 129): “Ainda podemos acrescentar a resistência institucional que contribui para aumentar e manter a discriminação. Presa ao conservadorismo e à estrutura de gestão dos serviços públicos educacionais”.

É necessário que o NAPNE esteja em constante diálogo com os professores e demais profissionais quanto ao desenvolvimento de estratégias mais adequadas para atender as demandas trazidas pelo público-alvo da Educação Especial, contando com o apoio da gestão do Campus.

Entendemos que devem ser oportunizados momentos para que esses profissionais possam refletir e socializar as suas práticas, proporcionando condições para que barreiras atitudinais, pedagógicas e físicas existentes frente à inclusão sejam derrubadas, proporcionando a garantia efetiva dos recursos necessários à aprendizagem dos estudantes. Conforme Adorno destaca (2012, p. 11): “[...] quanto mais a educação procura se fechar ao seu condicionamento social, tanto mais ela se converte em mera presa da situação social existente”.



Diante das práticas e estratégias pedagógicas utilizadas no IFES/Campus de Alegre, quanto à promoção da inclusão do público-alvo da Educação Especial, citadas pelos sujeitos da pesquisa, constatamos uma grande responsabilização do NAPNE no planejamento e desenvolvimento das ações de implementação das políticas públicas da educação voltadas para a inclusão do público-alvo da Educação Especial, podendo resultar em uma nova modalidade de segregação, proporcionando a discriminação no ambiente escolar, uma vez que, todos devem estar comprometidos com o processo de inclusão educacional.

Compreendemos como sinaliza Rosa (2011), que esse entendimento pode ser reflexo do modo como se conduziu a Ação TEC NEP, focando somente o NAPNE como responsável por todo o processo de inclusão no IF, desconsiderando a responsabilização das principais instâncias formuladoras e deliberativas das políticas nos Institutos Federais, sejam os gestores e o Conselho Superior. A esta análise, o autor acrescenta: "muitas instituições componentes da Rede, simplesmente delegam as funções ao NAPNE e imaginam estar em dia com as responsabilidades inclusivas" (ROSA, 2011, p. 79)

Importante se faz o registro de que quando indagados, os participantes da pesquisa, sobre considerarem o IFES/Campus de Alegre inclusivo, P1 e P2 afirmaram que sim.

"Sim, considero, porque a gente tem feito tudo para garantir isso, desde as barreiras arquitetônicas, que são um desafio pelo perfil do Campus, até as questões didáticas, questão estrutural de pessoas, de espaço físico. Eu considero que sim. Tem muita coisa para melhorar, mas está bom." (P1)

"Considero. Eu acho que a gente tem, às vezes, melhorar na questão que a gente perdeu o aluno com deficiência, mas muita deficiência motora, dificuldades maiores mesmo. Talvez, nisso que a gente teria que melhorar, mas eu vejo o IFES bem inclusivo." (P2)

Nesse sentido recorremos a Costa (2004), que afirma: "a sociedade contemporânea vive um momento cultural favorável à inclusão social e escolar das minorias historicamente excluídas das instâncias sociais e, conseqüentemente, cresce a demanda por uma sociedade inclusiva".

Todavia, há narrativas reconhecendo que a Instituição precisa melhorar. P2 considera o IFES/Campus de Alegre inclusivo, mas repete a fala de um estudante com deficiência que foi perdido, a expressão perdido se refere a transferência para outra

escola em função das dificuldades encontradas para frequentar o curso técnico integrado ao médio, "mas muita deficiência motora", ou seja, P2 atribui o insucesso a dificuldade do estudante, mas reconhece que a Instituição precisa melhorar, posto que, a escola não pode enxergar as pessoas com deficiências como incapazes, estando sempre em situação de maior desvantagem, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação.

Ainda, em se tratando do exposto por P2, podemos entender que sua fala reflete sobre a estrutura organizacional do Campus no acolhimento das diversidades de seu público. Em consonância com essa análise, Damasceno (2010, p. 37), afirma que é indispensável "uma resignificação de práticas de maneira a descolar a instituída adaptação dos estudantes à escola para a instituinte adaptação da escola aos estudantes".

Diante da expressão de P2 e da contribuição do autor, consideramos que ao IFES/Campus de Alegre fica o desafio para que a inclusão do público-alvo da Educação Especial não seja apenas uma perspectiva, mas uma prática, cabendo a Instituição a transformação do contexto escolar e suas diferentes esferas, para que atenda aos anseios de uma aprendizagem significativa que contemple a individualidade de seu público.

Compreendemos que o apoio da gestão e seu comprometimento com a melhoria do atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial é fundamental para o desenvolvimento das ações.

Reformas pedagógicas isoladas, indispensáveis, não trazem contribuições substanciais. Poderiam até, em certas ocasiões, reforçar a crise, porque abrandam as necessárias exigências a serem feitas aos que devem ser educados e porque revelam uma inocente despreocupação frente ao poder que a realidade extra pedagógica exerce sobre eles (ADORNO, 1996, p. 388).

P5 diverge dos demais, para ele o IFES/Campus de Alegre não é uma escola inclusiva.

"Não, porque eu penso que isso começou de pouco tempo para cá, até porque eu acho que a sociedade, a comunidade, sempre vê o IFES como "uma escola para rico". Eu penso que a sociedade não tem a visão do IFES de uma escola que abraça. Posso estar equivocada, mas eu penso que não."
(P5)

Entendemos que o questionamento apresentado pode impulsionar o IFES/Campus de Alegre à uma reflexão de suas práticas quanto a inclusão, buscando a ruptura de conceitos, concepções e práticas hegemônicas que se voltam predominantemente a adaptação, a qual para Damasceno (2010, p. 23) significa: “[...] uma adesão acrítica e irreflexiva a modelos e padrões presentes nas ideologias dominantes das sociedades de massa”.

Portanto, a ausência da equiparação de oportunidades, do reconhecimento e atendimento das diversidades acabam por satisfazer o que é proposto pela cultura dominante da organização social, alicerçados em bases discriminatórias e excludentes.

Prosseguindo com as análises, os demais participantes consideram que o Campus tem avançado, sendo parcialmente inclusivo.

"Sim e não. Sim, porque nós estamos a frente comparado a outros campi. O nosso NAPNE funciona a muito tempo. Nós demos um jeito de garantir que o nosso aluno com necessidade específica tivesse o apoio dentro de sala. Nós demos um jeito, mas não dada a característica da instituição. Uma fazenda com prédios antigos e que demandam de adaptações. Então existem espaços dentro da nossa Instituição que não permitem a inclusão. Eu acho que ainda não é totalmente inclusivo, mas ele está caminhando." (P7)

"Eu acho que o IFES está se firmando, está caminhando, mas eu não acho ainda que é, por exemplo, 100% inclusiva. Acho que a gente está caminhando e que a gente quer crescer e evoluir nesse sentido, mas te dizer que hoje ela é, não sei, acho que a gente tem que melhorar ainda." (P8)

As definições do público-alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (BRASIL, 2008).

Viegas e Carneiro (2003, p.7) sustentam que os Institutos Federais devem subsidiar suas ações a partir do reconhecimento de que se vive:

Em um país de tantas e tão grandes desigualdades sociais, a inclusão no campo da Educação Profissional do aluno com deficiência supõe a priorização de vagas nos Centros de Educação Profissional das redes



públicas, mas supõe, sobretudo, a ampliação dos espaços de presença do aluno com deficiência nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Tecnológica. Estas instituições terão, certamente, um papel estratégico fundamental, como centros de referência em cada Estado, no campo de uma Educação Profissional onde caibam todos (VIEGAS; CARNEIRO, 2003, p. 7).

Para uma escola inclusiva faz-se necessária uma formação continuada de seus profissionais, adequação curricular, projetos pedagógicos que contemplem a acessibilidade e o envolvimento de toda a comunidade acadêmica buscando a emancipação de todos os seus estudantes, com vistas a uma educação mais humana e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigamos como as concepções e ações político-pedagógicas de inclusão são afirmadas no atendimento às demandas do público-alvo da Educação Especial, numa Instituição de Educação Profissional, buscando compreender como se dá a interface entre essas duas modalidades de ensino.

Além disso, foram enumerados vários cursos de capacitação ofertados pelo NAPNE com apoio da Direção do Campus no aporte financeiro, para o público interno e externo, voltados para a educação inclusiva, não deixando de ser revelado também o desinteresse de grande parte dos servidores em realizarem os cursos, ou seja, nem todos estão sensíveis a inclusão do público-alvo da Educação Especial. O exposto revela a indiferença de alguns servidores do Campus quanto a existência de um projeto inclusivo, o que dificulta um trabalho em equipe envolvendo todos os profissionais da escola, o que é também imprescindível para o desenvolvimento de ações exitosas no processo inclusivo. Nesse sentido, o pensamento de Adorno corrobora para a seguinte reflexão:

Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente, independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivista reacionárias, pois apontam para uma esfera a que deveríamos nos opor, buscando estratégias que inviabilizem o desenvolvimento de uma política que se fundamenta em ideias que conduzam ao desenvolvimento de pensamentos acrílicos (ADORNO, 1995, p. 142).

Desse modo, faz-se necessário uma formação continuada que permita aos profissionais tornarem-se reflexivos e críticos, para que ultrapassem as práticas de ensino uniformes e reprodutoras de modelos pedagógicos, provocando uma ruptura do ensino tradicional, admitindo viver experiências no cotidiano escolar, com os estudantes e suas demandas de aprendizagem, que leve ao desenvolvimento humano e social.

Os relatos nos mostram que o NAPNE tem como desafio a implementação das políticas públicas voltadas para a inclusão, tanto as demandadas pela legislação, quanto as que são desenvolvidas pelo próprio Instituto, o envolvimento de todos da comunidade escolar, uma vez que, o Núcleo depende de todos os servidores, professores e técnicos, para êxito nas atividades propostas.

Diante das práticas e estratégias pedagógicas utilizadas no IFES/Campus de Alegre quanto a promoção da inclusão do público-alvo da Educação Especial, citadas pelos sujeitos da pesquisa, constatamos uma grande responsabilização do NAPNE no planejamento e desenvolvimento das ações de implementação das políticas públicas da educação voltadas para a inclusão do público-alvo da Educação Especial, podendo resultar em uma nova modalidade de segregação no ambiente escolar, uma vez que, todos devem estar comprometidos com o processo de inclusão educacional: diretorias, coordenadorias, equipe pedagógica, professores e demais servidores.

Por conseguinte, apesar das dificuldades relatadas pelos participantes com relação à inclusão do público-alvo da Educação Especial no IFES/Campus de Alegre, uma Instituição de Ensino Profissional, muitos consideram o Campus inclusivo, que acolhe a pessoa com deficiência e que busca minimizar as barreiras encontradas. Todavia, reconhecemos que o caminho a ser percorrido ainda é longo e que o Campus tem muito a construir com vistas a se tornar uma escola de fato mais inclusiva e plural na sociedade contemporânea. Pois, o desejo é contribuir para que a educação inclusiva se torne um projeto real comum em todas as Instituições de Ensino, produzindo justiça e equiparação de oportunidades entre os seres humanos.

REFERÊNCIAS



União
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



Criar Educação, Criciúma, v. 14, nº1, jan/jun 2025.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

AINSCOW, Mel. **Tornar a educação inclusiva**: como esta tarefa deve ser conceituada? Brasília: UNESCO, 2009. (p. 12 - 26). FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (Orgs.).

BATALLOSO, Juan Miguel. **Dimensões da psicopedagogia hoje**: uma visão transdisciplinar. Brasília: Liber Livro, 2011.

BOBBIO, Norberto, 1909- **A era dos direitos** / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Publicado originalmente no Diário Oficial da União, seção 1, p. 1, de 23 dez. 1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 29 de jan. de 2023.

_____. Lei nº 10.172/2001. **Plano Nacional de Educação**, aprovado em 10/01/ 2001.

_____. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2010.

COSTA, Valdelúcia Alves da; DAMASCENO, Allan Rocha. Educação Inclusiva: sociedade, cultura e formação. In: DAMASCENO, Allan; PAULA, Lucília Lino de; MARQUES, Valéria. (Orgs.). **Educação Profissional Inclusiva: desafios e perspectivas**. Seropédica, RJ: EDUR, 2012.

DAMASCENO, Allan Rocha. **A formação dos professores e os desafios para a educação inclusiva**: as experiências da escola Municipal Leônidas Sobrino Pôrto. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. **Educação inclusiva e organização da escola: projeto pedagógico na perspectiva da teoria crítica**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

NASCIMENTO, Franclin Costa do; MARTINS, Ivana Costa; BUGARIM, Maria Clara; MARTINS, Alejandro. A Ação TECNEP – Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas como ferramenta de inclusão nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. **Inter Science Place: revista científica internacional**, ano 4, n. 18, jul./set. 2011.

VIEGAS, Conceição de Maria Côrrea; CARNEIRO, Moacir Alves. **Educação Profissional: indicação para a ação**: a interface entre a Educação Profissional/Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

Recebido em outubro de 2024

Aprovado em dezembro de 2024.